



Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1963)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

Conselho de Administração
Presidente
Aurélio de Almeida Prado Cidade

Membros
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Patrícia Maria Mesquita
Roberto C. Mesquita

Opinião
Diretor de Opinião: Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Informação
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editor-Chefe Responsável: Roberto Gazzi

Administração e Negócios
Diretor Presidente: Sílvio Genesini
Diretor de Mercado Leitor: João Carlos Rosas
Diretor de Operações: Rubens Prata Jr.
Diretor Financeiro: Ricardo do Valle Dellape
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

NOTAS & INFORMAÇÕES

Do lado dos perpetradores

São de um cinismo deslavado os comentários do presidente Lula sobre a morte do ativista cubano Orlando Zapata Tamayo, ocorrida horas antes de sua quarta visita à ilha desde que assumiu o governo. Tamayo, um pedreiro de 42 anos, foi um dos 75 dissidentes condenados em 2003 a até 28 anos de prisão. Inicialmente, a sua pena foi fixada em 3 anos. Depois, elevada a 25 anos e 6 meses por delitos como “desacato”, “desordem pública” e “resistência”. Embora não fosse um membro destacado do movimento de direitos humanos em Cuba, a Anistia Internacional o incluiu na sua lista de “prisioneiros de consciência” – vítimas adotadas pela organização por terem sido detidas apenas por suas ideias. Em dezembro, Tamayo iniciou a greve de fome por melhores condições para os 200 presos políticos do regime, da qual morreria 85 dias depois.

Lula conseguiu superar o ditador Raúl Castro em matéria de cinismo e escárnio. Este disse que Tamayo “foi levado aos nossos melhores hospitais”. Na realidade, só na semana passada, já semi-inconsciente, transferiram-no do presídio de segurança máxima de Cama-

guey para Havana. E só na segunda-feira foi hospitalizado. O desfecho foi tudo menos uma surpresa para os seus algozes. Dias antes, autoridades espanholas haviam manifestado a sua preocupação com a situação de Tamayo, numa reunião sobre direitos humanos com enviados de Cuba. Ele morreu porque o deixaram morrer. Poderiam, mas não quiseram, alimentá-lo por via endovenosa. “Foi um assassinio com roupagem judicial”, resumiu Elizardo Sánchez, líder da ilegal, mas tolerada, Comissão Cubana de Direitos Humanos.

Já Lula como que culpou Tamayo por sua morte. Quando finalmente concordou em falar do assunto, sem disfarçar a irritação, o autointitulado condutor da “hiperdemocracia” brasileira e promulgador recente do Programa Nacional de Direitos Humanos, disse lamentar profundamente “que uma pessoa se deixe morrer por uma greve de fome”, lembrando que se opunha a esse tipo de protesto a que já tinha recorrido (quando, ainda sindicalista, foi preso pelo regime militar). Nenhuma palavra, portanto, sobre o que levou o dissidente a essa atitude temerária: nada sobre o

seu encarceramento por delito de opinião, nada sobre as condições a que são submetidos os opositores do regime, nada sobre o fato de ser Cuba o único país das Américas com presos políticos. Nenhum gesto de desaprovação à violência de uma tirania.

Pensando bem, por que haveria ele de turvar a sua fraternal amizade com os *companheiros* Fidel e Raúl, aborrecendo-os com esses detalhes? Ao seu lado, Raúl acabara de pedir aos jornalistas que “os deixassem tranquilos, desenvolvendo normalmente nossas atividades”. Lula atendia ao pedido. Afinal, como observara o seu assessor internacional Marco Aurélio Garcia, “há problemas de direitos humanos no mundo inteiro”. Mas Lula ainda chamou de mentirosos os 50 presos políticos que lhe escreveram no domingo para alertá-lo da gravidade do estado de saúde de Tamayo e para pedir que intercedesse pela libertação deles todos. Quem sabe imaginaram, ingenuamente ou em desespero de causa, que o brasileiro pudesse ser “a voz em defesa da proteção da vida aos cubanos”, como diria o religioso Dagoberto Valdés,



um dos poucos opositores da ditadura ainda em liberdade na ilha.

Lula negou ter recebido a correspondência. “As pessoas precisam parar com o hábito de fazer cartas, guardarem para si e depois dizerem que mandaram para os outros”, reclamou. E, com um toque de requinte no próprio cinismo, concluiu: “Se essas pessoas tivessem falado comigo antes, eu teria pedido para ele parar a greve e quem sabe teria evitado que ele morresse.” À parte a falta de solidariedade humana elementar que as suas palavras escancararam – ele disse que pode ser acusado de tudo, menos disso –, a coincidência da visita de Lula com a tragédia de Tamayo o deixou exposto aos olhos do mundo – e não exatamente da forma que tanto o envaidece.

A morte de um “prisioneiro de consciência”, a afirmação de sua mãe de que ele foi torturado e o surto repressivo que se seguiu – com a detenção de dezenas de cubanos para impedir que comparecessem ao enterro do dissidente no seu vilarejo natal – transformam um episódio já de si sórdido em um escândalo internacional. Dele, Lula participa pela confraternização com os perpetradores de um crime continuado que já dura 51 anos.

A crise do gás

As Federações das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e do Rio (Firjan), o Fórum Nacional dos Secretários de Energia e outras seis associações estão protestando contra os altos preços do gás natural, que inibem os investimentos das empresas que precisam do insumo. Há, inegavelmente, um fato estranho, pois a oferta de gás supera a demanda, mas os preços – fixados pela Petrobrás – mantêm-se elevados e, quando caem, a queda é menor do que a das cotações internacionais do petróleo, que são referência para o gás.

O Brasil importa 21 milhões de m³/dia de gás da Bolívia, por contrato, o que corresponde a cerca da metade do consumo nacional. O restante é produzido quase totalmente pela Petrobrás. A importação do gás também é feita pela Petrobrás, que o revende às distribuidoras por US\$ 4,82 o milhão de BTUs e cobra mais US\$ 1,74 pelo transporte pelo gasoduto Bolívia-Brasil, controlado pela estatal.

Somando os impostos e a margem de lucro das distribuidoras, o preço final para os grandes consumidores industriais chegou a US\$ 15,96 o milhão de BTUs, em novembro, segundo o Instituto Brasileiro do Petróleo. No Nordeste, o preço do gás natural produzido pela Petrobrás alcançou US\$ 17,1 o milhão de BTUs para as grandes indústrias.

Além de importar, produzir e controlar o Gasoduto Bolívia-Brasil, a Petrobrás controla a rede nacional de gasodutos, cujo ritmo de expansão depende das disponibilidades da es-

tatal. Na prática, a Petrobrás define os preços e fixa as margens, sem dar satisfações nem se sujeitar à concorrência.

O aparato legal tampouco estimula a concorrência: no ano passado foi aprovada a Lei do Gás, mas até agora ela não foi regulamentada. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) não abriu licitações para a construção de novos gasodutos – nem se sabe se haveria grupos privados interessados em investir neles. A Petrobrás tem participação majoritária em 6 das 12 transportadoras autorizadas a construir ou operar gasodutos, e, em 3 delas,

Setores produtivos protestam contra o preço do gás que a Petrobrás fornece

sua participação é de até 50%.

Em 2009, segundo o Boletim Mensal de Acompanhamento da Produção de Gás Natural do Ministério de Minas e Energia, a produção brasileira foi de 57,9 milhões de m³/dia, em média. Mas mais da metade do gás foi reinjetada nos poços, queimada ou consumida nas atividades de exploração e pesquisa da Petrobrás – um volume, aparentemente, muito elevado. A oferta de gás nacional no mercado nacional limitou-se a 22 milhões de m³/dia.

Entre 2008 e 2009, segundo a ANP, houve queda de 24,5% no volume de gás importado da Bolívia e diminuição de 43,5% nos gastos com a aquisição do insumo, de US\$ 3,028 bilhões para US\$ 1,708 bilhão. O consumo e a importação de gás natural declinaram,

mas mesmo assim companhias interessadas em contratar a compra do insumo no longo prazo não são atendidas pela Petrobrás, caso das indústrias químicas. Ronaldo Alcantara, diretor industrial da empresa Cristal Global, com fábricas na Austrália, França, Inglaterra e Rússia e única produtora de dióxido de titânio na América do Sul, declarou que “seguramente estamos pagando o gás natural mais caro em relação a todos os lugares onde atuamos”. O sócio-diretor da consultoria Gás Energy, Marcos Aurélio Tavares, enfatizou: “O setor vive um momento perverso, com alta dos preços, queda no consumo e falta de planejamento e perspectiva para desenvolver o mercado nacional.”

Nos últimos anos, o Brasil investiu pesadamente em blocos marítimos com grande potencial de extração de gás, mas, no início deste mês, a Petrobrás anunciou o adiamento, de 2010 para 2014, da extração máxima do insumo do Campo de Mexilhão, na Bacia de Santos.

Reduziu-se, portanto, o interesse da Petrobrás em investimentos em gás. A empresa, temerosa da falta de retorno no prazo desejado, está mais interessada em outros projetos. Ainda assim, a estatal mantém presença avassaladora no mercado do gás, o que explica a maratona dos empresários aos Ministérios, ao Congresso, à agência reguladora e aos órgãos da defesa da concorrência, na tentativa de criar concorrência e favorecer a queda de preços.

Atuação exemplar do CNJ

Em mais uma iniciativa moralizadora, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aposentou compulsoriamente sete juízes e três desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. No plano administrativo, essa é a pena máxima prevista pela Lei Orgânica da Magistratura para os casos de “quebra de decoro, honra e dignidade” no exercício da função judicante.

Além disso, os dez magistrados serão acionados judicialmente, uma vez que o órgão, encarregado de promover o controle externo do Judiciário, determinou que o processo seja encaminhado imediatamente ao Ministério Público, para a devida abertura de ação criminal. Se forem condenados, eles não apenas serão obrigados a devolver – com juros e correção monetária – todo o dinheiro que desviaram do erário, estimado entre R\$ 1,4 milhão e R\$ 1,7 milhão, como também poderão ter a aposentadoria cassada.

Segundo o CNJ, os três desembargadores e os sete juízes teriam formado uma quadrilha dentro da Justiça mato-grossense. Utilizando suas prerrogativas funcionais, montaram um sofisticado esquema de desvio de recursos para si próprios e para a Loja Maçônica Grande Oriente de Mato Grosso, cujo diretor integra a magistratura estadual. Como a entidade mantinha uma cooperativa de crédito para maçons, que acabou quebrando por inadimplência dos mutuários, os três desembargadores e os sete juízes, confundindo o público com o privado, decidiram cobrir o rombo com recursos do Tribunal de Justiça.

A estratégia consistia em entrar com pedido de reivindicação de “verbas atrasadas”, acolher a pretensão, julgando em causa própria, e determinar o depósito imediato – sem o devido contracheque. “Fari-nha pouca, meu pirão primeiro”, disse o relator, ministro Ives Gandra Filho, ao explicar o esquema montado pelos dez magistrados para tentar assegurar sobrevida à cooperativa e favorecer colegas maçons. Os repasses eram feitos mensalmente e o esquema funcionou entre 2003 e 2005. Segundo o CNJ, há suspeita de que a esposa de um juiz teria recebi-

Desembargadores e juízes são aposentados compulsoriamente

do R\$ 900 mil, a título de indenizações indevidas. Filhos de magistrados também teriam sido favorecidos por depósitos justificados com base em pleitos administrativos já prescritos ou em vantagens funcionais que só são concedidas a juízes federais.

Um dos três desembargadores punidos é o atual presidente da Corte e outro é um de seus antecessores. Dos sete juízes condenados à aposentadoria compulsória pelo CNJ, três teriam sido pressionados pela cúpula do Tribunal para participar do esquema apenas como “laranjas”, recebendo dinheiro do Tribunal para repassá-lo à maçonaria. Segundo o ministro Ives Gandra Filho, o mais chocante é que, ao justificar o desvio de recursos públicos, os dez magistrados afir-

maram que, independentemente das implicações jurídicas de seus atos, em momento algum teriam ferido a moral. Eles se apresentaram como vítimas de perseguição política, acusaram o CNJ de atingir “de forma irreparável” a Justiça de Mato Grosso e disseram que os créditos em suas respectivas contas tinham sido feitos por “engano”. “Se isso não é desvio ético, não sei o que é ético”, refutou o relator, depois de apontar as relações de amizade e até familiares entre os membros da quadrilha do Tribunal de Justiça e os diretores da Loja Maçônica Grande Oriente.

Mais chocante ainda é a forma pela qual o CNJ tomou conhecimento do esquema de desvio de dinheiro público. A denúncia foi feita por um ex-corregedor da Corte, que teria agido não por zelo funcional, mas por vingança, porque o presidente da Corte se recusou a nomear sua namorada para um cargo no Tribunal e demitiu uma antiga companheira de outro cargo. Além disso, os auditores do CNJ constataram que, apesar de também ser favorecido pelo esquema, ele teria adulterado documentos com o deliberado objetivo de prejudicar os colegas. O ex-corregedor está sendo investigado pela Corregedoria Nacional de Justiça, podendo ser aposentado compulsoriamente.

É de louvar a atuação do CNJ, que cumpriu – de forma exemplar – as funções fiscalizadoras e moralizadoras que lhe foram atribuídas pela Emenda Constitucional nº 45. Se restavam dúvidas quanto à importância do controle externo do Judiciário, elas foram dissipadas pelo CNJ neste caso.

ATENÇÃO: As cartas devem ser enviadas com assinatura, identificação, endereço e telefone do remetente e poderão ser resumidas. O Estado se reserva o direito de selecioná-las para publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.



estadao.com.br

Leia mais cartas
http://www.estadao.com.br/opiniao/opi_forumleitores.0.htm

◆ Viva Zapata!

Até que enfim, um cubano com aquilo roxo. Morreu de fome. **MARCILIO FAUSTINO**
m_faustino@uol.com.br
São Paulo

◆ Hiperdemocracia

Lula e o Brasil se calam diante da notícia da morte de dissidente cubano. No final de seu mandato, o companheiro Lula põe o governo brasileiro a serviço da ideologia petista e estreita a amizade com governos totalitários. Isso é que é hiperdemocracia, não é mesmo, presidente?! **RICARDO A. ROCHA**
rochaerocha@uol.com.br
Belo Horizonte

● A foto da capa do **Estadão** de

ontem – onde se veem Lula fotografando e Franklin Martins abraçando Fidel Castro, ao lado do irmão Raúl – é prova cabal da vocação e do apoio do petismo ao Estado não de Direito! Só faltou nas mãos do jornalista e hoje ministro do presidente uma cópia do 3.º Programa Nacional de Direitos Humanos para selar o apego do PT ao autoritarismo. **PAULO PANOSSIAN**
paulopanossian@hotmail.com
São Carlos

Direitos humanos

A omissão do presidente *Lula* quanto à morte, por greve de fome, do cubano de 42 anos foi de abismar! Onde está o líder político que defende os direitos humanos? Omissão gritante assim é



Filosofia castrista: morreu, o azar é seu!”

José Piacsek Neto
bubapiacsek@yahoo.com.br
Avanhandava

pior do que mentira.

CELSO DE CARVALHO MELLO
celsosaopaoloadv@uol.com.br
São Paulo

● Seria muito interessante a opinião do sr. Paulo Vannuchi sobre a morte do ativista político Orlando Zapata. Ou o que fazem os seus mestres e mentores, os irmãos Castro, não conta como crime? P. S.: Linda a foto da primeira página de ontem do **Estadão**. **ANTONIO FERNANDO FERREIRA**

rdseg@terra.com.br
São Paulo

Lula Fidel e Dilma Raúl

Tudo o que o presidente Lula quer é que Dilma seja o seu Raúl, quando ele trocar os ternos bem cortados pelos agasalhos Adidas.

OSCAR ROLIM JÚNIOR
rolimadvogado@ibest.com.br
Itapeva

Premonição?

Será que os leitores repararam que na charge de Loredano (25/2, A2) a lâmpada do “poste” Rouseff, arduamente carregado pelo espectro de Lula, é escura? Seria premonição do notável chargista ou... “tá na cara” mesmo? **JOÃO GUILHERME ORTOLAN**

guiortolan@gmail.com
Bauru

Fúria legiferante

O brilhante artigo *Alimentando a cultura das transgressões* (24/2, A2), de André Franco Montoro Filho, merece ser lido por todos os brasileiros prejudicados pela insegurança jurídica criada pela “fúria legiferante” que compromete nossas instituições e o Estado de Direito. O Secovi-SP, que tem sido insistente e indevidamente citado em casos de doações eleitorais no Município de São Paulo, sente-se amparado por uma análise aprofundada e correta sobre a nossa realidade. O mesmo certamente ocorre com empresas, entidades e pessoas físicas que, dentro da legalidade e com absoluta transpa-

rência, optaram por participar do processo eleitoral por meio de contribuições financeiras. A estes fica a sensação de terem errado na decisão de exercer seu direito democrático de escolher a quem e como apoiar num processo eleitoral. Enquanto a Justiça Eleitoral se dedica à arguição dos que fizeram tudo dentro da lei, pode estar deixando de lado o que deveria de fato ser investigado, o caixa 2, garantindo a “rigorosa punição dos financiamentos não declarados”. **JOÃO CRESTANA**, presidente do Secovi-SP
secovi@secovi.com.br
São Paulo

O roto e o esfarrapado

Roriz diz-se indignado com Arruda. **CARLOS AUGUSTO DE A. MARANHÃO**
São Paulo